

CARTA DOS EDITORES

Nasce o boletim *IDP Law Review!*

É com imenso prazer que o Instituto Brasileiro de Inovação, Ensino e Pesquisa (IDP) apresenta para a comunidade acadêmica sua mais nova publicação, com uma proposta singular de divulgação da pesquisa acadêmica.

É possível perceber hoje uma lacuna nas publicações acadêmicas brasileiras. De um lado, deve ser reconhecido o notável incremento de qualidade de inúmeras revistas brasileiras, em vista do aperfeiçoamento do processo de avaliação da produção acadêmica, que se desenvolveu à luz do salutar trabalho da comunidade acadêmica, mediada pela Coordenação de Área de Direito na CAPES. Por outro lado, pode-se observar que há uma carência de espaços para a divulgação de trabalhos ainda em desenvolvimento, de novos pesquisadores, que tenham condições de contribuir para o debate acadêmico. Pesquisadores não nascem prontos. Na verdade, é ínsita à pesquisa acadêmica a exposição de ideias para a crítica, o que justifica a criação de fóruns específicos de debate para trabalhos em andamento (como se vê com habitualidade na comunidade acadêmica internacional).

Essa é uma preocupação que ocupa a atenção do PPG-Direito do IDP há algum tempo. Desde 2019, a Coordenação Acadêmica do PPG-Direito do IDP, sob a condução do Prof. João Bachur, refletia sobre a possibilidade de lançar uma publicação periódica para a divulgação da produção acadêmica em trabalhos em desenvolvimento, ora como resultado parcial das teses e dissertações, ora como artigos, ensaios e reflexões resultantes das disciplinas cursadas pelos pós-graduandos, como forma de estimular um debate mais livre de ideias, visando ao aprimoramento das pesquisas. Em 2020, a ideia ganhou corpo, com a formulação do projeto do Boletim que ora se apresenta e a constituição de um corpo editorial plural, formado por professoras e professores que integram o corpo docente do IDP bem como de outras renomadas instituições, de várias regiões do país, que aceitou o desafio de criar coletivamente uma nova publicação de divulgação científico jurídica.

Nesse contexto, o IDP inaugura essa nova iniciativa dos seus cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Direito (Mestrado Acadêmico, Doutorado Acadêmico e Mestrado Profissional em Direito, o Mestrado Interinstitucional em Direito (em parceria com a ICEV, em Teresina) e o Mestrado Profissional em Direito, Justiça e Desenvolvimento, em São Paulo).

O boletim tem como objetivo a divulgação de trabalhos de pesquisa em desenvolvimento dos nossos discentes e alumni do programa, assim como se põe como alternativa para divulgar pesquisas em andamento de outros programas de excelência que dialoguem com as áreas de interesse do PPG-IDP, quais sejam: i) direito do estado, direitos fundamentais e teoria do direito; direito privado e processual na ordem constitucional; ordem econômica e social, desenvolvimento e inovação; tutela penal e direito sancionador no Estado Democrático de Direito.

Com isso, o IDP pretende que o boletim sirva como ponto de intersecção de diferentes pesquisas, articulando a interação com outros programas de pós-graduação em Direito, por meio do diálogo, fomentando a pesquisa em rede.

Participam no nosso comitê editorial, por parte do IDP, as professoras Mônica Sapucaia e Karin Kassmayer e o professor Osmar Paixão. Integraram-se a esse projeto as professoras Marília Montenegro, da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Gabrielle Sarlet, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e o professor César Augusto Silva, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Contamos também com a colaboração da equipe de assessoria da coordenação e da equipe de comunicação e marketing do IDP: Eduarda Gindri, Fernanda Lima, Júlia Masan, Marcela Barbosa, Sebastián Granda Henao e Rodrigo Lopes. A elas e eles nosso grande agradecimento pelo esforço e dedicação com o boletim.

Esta primeira edição está carregada de artigos de pesquisa e reflexão sobre distintos temas concernentes aos Desafios Contemporâneos da Ordem Constitucional Contemporânea. São 15 artigos que compõem o número de lançamento da *IDP Law Review*, os quais foram selecionados dentre os melhor avaliados na disciplina homônima, que aconteceu nos meses de março a maio do presente ano, nos primeiros meses da pandemia - tema ao qual alguns dos trabalhos se relacionam, quando conseguimos de maneira ágil e cuidadosa, como instituição, retomar parte das nossas atividades no ambiente virtual em modalidade remota.

Em sua primeira seção, temos os trabalhos que dialogam a respeito da conjuntura da pandemia de COVID-19 e suas repercussões jurídicas e sociais. Nesse plano, **José Evande** analisa de que forma medidas tributárias podem ser utilizadas como instrumento de combate às consequências econômicas da pandemia do Coronavírus, apontando também a possibilidade de adoção de algumas dessas alternativas em nosso país. Enquanto isso, **Hildélis Junior e Marcelo Chada** tratam do tema da Medida Provisória nº 948, de 8 de abril de 2020, com foco nos impactos que sua edição causou nos direitos sociais e nas relações de consumo, questionando quais têm sido esses impactos para os consumidores e como harmonizar e equilibrar as relações de consumo em meio à crise provocada pela pandemia.

Ainda relacionado ao tema da pandemia, **Victor Ferreira, Arthur de Jesus e Nilo Marinho Neto** analisam se o imposto sobre grandes fortunas poderia ser uma ferramenta para solução financeira para crise ocasionada pela pandemia de COVID-19, trazendo exemplos de medidas tomadas na França e mais recentemente na Argentina. Também analisando as consequências sociais e jurídicas decorrentes da pandemia de COVID-19, **Moema Belluzzo e Ana Carolina Carrenho** trazem perspectivas sobre a atuação do estado brasileiro no dilema entre a intervenção e a abstenção, a fim de garantir a maior eficácia aos direitos fundamentais positivados, sem incorrer em excesso ou em deficiência de proteção.

Numa segunda seção coloca-se em debate o ativismo judicial: **Alexsandro Oliveira, Luiz Gustavo Araújo e Pedro Vinícius Saltini** discutem a possível instalação e fortalecimento de um sistema de precedentes como forma de arrefecer

decisões judiciais com forte carga política ou consideradas ativistas, que utilizam o Judiciário como decisor de assunto próprio das autoridades eleitas. Por outro lado, **Alekssandro Souza Libério** apresenta uma análise crítica do populismo judicial a partir de algumas decisões do Supremo Tribunal Federal apontando para as repercussões do discurso judicial populista na democracia brasileira. Também, **Cláudio Marcelo de Araújo** chama a atenção para a questão da politização da dogmática jurídica pelos pequenos partidos políticos, analisando o quantitativo de ações abstratas ajuizadas por essas agremiações perante o Supremo Tribunal Federal. Para ele, esses pequenos partidos poderiam alimentar o ativismo judicial e, ao mesmo tempo, garantir a própria sobrevivência em um ambiente político dominado pelos grandes partidos e pelo presidencialismo de coalizão.

Ainda, **Andressa Saraiva, Marjorie Brenda Torres e Yasmin Handar** realizam em estudo de caso do Recurso Especial 1.657.075/PE que autoriza a importação de fármacos à base de canabidiol por pessoa físicas, averiguando se trata-se de um caso de judicialização de política pública ou de ativismo judicial. Ademais, **Gleidy Braga Ribeiro** faz seu aporte ao problematizar sobre a judicialização das políticas públicas, o ativismo judiciário e o arranjo institucional de gestão do Sistema Penitenciário brasileiro em análise da Lei de Execução Penal, do Recurso Especial 592.581/RS e da ADPF347.

Entretanto, **Guilherme Nóbrega** questiona se a atividade de significação é discricionária, fruto de uma escolha (livre). No artigo, ao responder à questão, procura desvelar de fato o que estaria por detrás da ideologia de que conceitos amplos autorizariam maior desenvoltura interpretativa e decisória por meio de uma análise semiótica. Também discutindo as teorias do constitucionalismo, **Leonardo Carvalho** aborda a teoria do constitucionalismo social proposto por Gunther Teubner, dando ênfase aos requisitos materiais mínimos necessários para que as normas produzidas internamente pelos sistemas sociais parciais possam alçar à condição de normas constitucionais, apresentando uma avaliação positiva quanto à viabilidade, quiçá, emergência, para a constitucionalização de normas produzidas internamente pelos diversos ramos sociais funcionais-autônomos.

Por último, fechamos essa edição com textos que dialogam sobre arranjos e aprimoramentos institucionais. De maneira análoga, **Hugo Assis Passos, Cleopas Isaías Santos e João Rafael de Oliveira**, que promovem reflexões acerca do atual estágio do plenário virtual do Supremo Tribunal Federal, no que concerne à competência e estrutura institucional numa análise constitucional da criação, implementação e adequação do meio eletrônico de julgamento.

Já **Anderson Franco, Dimas Reis e Victor Garcia** tratam do reconhecimento da possibilidade de impetração de *habeas corpus* coletivo pelo Supremo Tribunal Federal, para conceder a ordem em favor de todas as mulheres grávidas e mães, de crianças, presas cautelarmente, denotando referida alteração de concepção. Semelhantemente, **Bruno Marques, Lais Khaled Porto e Paulo Khouri** buscam demonstrar que algumas disposições constitucionais passaram a demandar uma série de medidas do legislador infraconstitucional para que se pudesse conferir-lhes

aplicabilidade plena, especificamente, as disposições relativas à tutela da igualdade material relativa às pessoas com deficiência.

O trabalho de **Flávio Gambogi, Jordana de Lima e Rafael de Andrade** fecha a edição, com a análise das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos no sentido da defesa da liberdade de expressão e do compromisso social dos agentes públicos em face à profusão de desinformações (*Fake News*) sob a ótica do constitucionalismo multi-nível.

Aos nossos autores agradecemos pela confiança depositada com seus aportes. Esperamos que a leitura traga inquietações ao debate e convidamos a toda a comunidade de acadêmicos e pesquisadores do Direito e áreas afins para participarem desse projeto.

Até a próxima edição!

Fábio Lima Quintas
Editor Chefe

Sebastián G. Henao
Comitê Executivo